

**Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e
Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo –
2021/2024**

Aos vinte e nove dias do mês de abril, de dois mil e vinte e um, às 10h00, com a primeira chamada e as 10h30 com a segunda chamada e realizada através da plataforma virtual Microsoft Teams, devido à pandemia do novo coronavírus, foi realizada a 4ª reunião ordinária do CPDCN-SP – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, gestão 2021 – 2024, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo. O presidente Gil antes de fazer a abertura da reunião faz uma observação referente a Ata da reunião anterior, para que a secretária Lilian altere sua formação que é de Economista e não administrador de empresa. Após, sugere para a secretária Lilian, que as Atas sejam sintetizadas, observa o quanto é trabalhoso e que é importante darmos uma atenção maior para os encaminhamentos das mesmas, muito do que se é encaminhado fica no meio do caminho, não se sabe se foi atendido ou não, para podermos verificar nossa eficiência, relatamos tudo, mas não conseguimos saber se concluímos ou não os encaminhamentos. Lilian concorda com o presidente e faz uma observação em relação às falas dos conselheiros, que por vezes são repetitivas, sugerindo mais uma vez que cada grupo de trabalho tire um membro para trazer as demandas e informes dos mesmos, sendo assim, podem se organizar entre eles para ser rotativo e lembra sobre a fala da conselheira Cida Costa em relação aos documentos serem sempre oficializados. Gil, cita como exemplo as demandas e propostas feitas por alguns conselheiros, e que é preciso se atentarmos para finalizarmos o que é trazido em pauta. Lilian diz que o conselheiro Enéas, justificou mais uma vez sua ausência, o presidente fez um adendo de que precisamos verificar no regimento interno quantas justificativas o conselheiro/a pode fazer e onde cabe a substituição para o suplente, a partir daí o presidente abre oficialmente a 4ª reunião ordinária do dia, saudando a ancestralidade e a todas e todos conselheiros/as presentes. Agnaldo, Antônio Barros, Gil, Lilian, Clarina, Lucia, Andréa João, Cavanha, Décio, João Cesar, Gisa, Elizabel, Jean Herbert, Juliana, Luciano, Carlos Eduardo, Sandra, Marcelo de Oliveira, Cida Costa, Flavia Costa, Eloy, Roseli, Wellington, Iya Cristina. Após, faz a leitura da pauta, com seu primeiro item a aprovação da Ata anterior, como nenhum membro tinha observações, contestação, sugestões a fazer a Ata foi aprovada por todas e todos presentes. O segundo item se refere ao GT de Cultura e eventos, onde relatou que o conselheiro Décio sugeriu um GT de Comunicação, e uma reunião com a secretaria para a criação desse Gt com todo o respaldo. Gil pergunta para os conselheiros quem

gostaria de participar desse grupo da comunicação, pois entende que é muito importante, pois tratará de demandas em relação à comunicação com as redes sociais. Em seguida a Iya Cristina comenta sobre um boletim para informativo e que a comunicação ficasse a disposição para fazer uso do mesmo. Lilian se coloca a disposição para compor essa comissão. Eloy se manifesta com interesse para participar da comissão da comunicação. Andrea João, pede a palavra dizendo que a rede social tem uma linguagem própria e que o formato, a interação com esse público tem que ser diferenciado, e que essa rede serve inclusive para recursos e que precisamos ter pessoas especializadas. Gil, diz da responsabilidade que teremos com essa rede social, que o grupo de comunicação terá que ser proativo, pois em 37 anos temos menos de 2000 mil seguidores, finaliza dizendo que temos conselheiros com muita capacidade para compor esse GT, como Cavanha, Roseli, Eloy, Gislaine. A conselheira Gislaine pede a palavra através do chat, mas nenhuma mensagem foi postada. Gil passou a palavra para o conselheiro Cavanha, que saudou a todos e todas, após reforçou a importância da linguagem nas redes sociais e que nessa comissão houvesse pelo menos um ou dois representantes de cada GT e que tenham disponibilidade para movimentar as redes. Gil, adorou a sugestão. O conselheiro Décio saúda a todas e todos, após perguntou para a secretária Lílian sobre o e-mail recebido referente ao relatório solicitado pela Secretaria, Lílian respondeu que para ela também foi uma surpresa, e que o relatório interno das ações do conselho foi encaminhado para a secretária Lucia, sugeriu que os conselheiros de cada Gt encaminhem para a executiva suas ações e a mesma inclui no relatório quinzenal que foi solicitado para o CPDCN-SP. Cida faz a mesma pergunta para a secretária Lucia, Gil pede a palavra e esclarece que falou com a Débora Malheiros e que esse relatório servirá como subsidio e que cada conselheiro já realiza suas ações individuais, não tem segredo, somente relatar qual ação foi realizada naquela/as data/as. Lucia também pontua que recebeu o comunicado sem brevidade. Gil finaliza que o relatório é quinzenal e que cada conselheiro tem que trazer seu relatório bem objetivo, seja ele individual ou coletivo. A conselheira Flavia Costa através do chat, questionou que na gestão passada os relatórios do CPDCN-SP eram anuais. Lucia disse que a Secretaria sempre solicitou mês a mês esses relatórios, pois todos os conselhos de uma certa forma tem que prestar contas das suas atividades para a Secretaria, Lucia pontua para a conselheira Flávia que a gestão que ela participou não havia esse costume, mas que desde a gestão passada sim. A Conselheira Bruna, diz que as cobranças são semanais para que eles possam entender e verificar se as metas estabelecidas estão sendo atingidas, reforça, um acompanhamento semanal e mensal. Gil pontua o quanto é importante esses relatórios a título de nos respaldarmos diante às

nossas reivindicações. Cida Costa diz que entendeu que o prazo é até o dia 30 de cada mês, Lucia esclarece dizendo que é quinzenal, todo o dia 15 e todo o dia 30 de cada mês. Gil dá como exemplo a Live que a Cida Costa realizou como representante do conselho. Lilian faz a leitura no chat referente a fala da conselheira Flávia , que justificou que realmente na gestão em que participou não havia esse formato de relatório. Lilian continua a leitura no chat com a fala da conselheira Andréa que reforça a sugestão dada pelo conselheiro Cavanha. Lilian diz que a sugestão do Cavanha foi feliz e que acredita que a maioria dos conselheiros não tem essa habilidade técnica nessa área, mas que podemos aprender para poder viabilizar as redes sociais, reforça que em nossa primeira reunião trouxe essa sugestão de que era necessário se ter uma comissão de comunicação e marketing , e que não está movimentando a página do conselho por achar necessário que outros membros façam isso também , ter o cuidado do que vai ser postado nas redes sociais, mais do que isso, quem é o Conselho? O que ele pensa politicamente, dentre outros, reforçando que a construção para tal tem que ser coletiva, independente de um pensar de uma forma ou de outra, mas que precisamos entender que estamos representantes da sociedade civil e que o Racismo mata a cada dia nossos irmãos e irmãs. Cavanha pede a palavra para fazer um adendo na fala do presidente Gil, tirando uma dúvida em relação sobre a representatividade de cada conselheiro em atividades, de que só entrará para o relatório se o mesmo ou a mesma participar enquanto conselheiro/a e não como citação do conselho. Gil, completa que seu raciocínio está correto, que o conselheiro/a tem que ter uma participação como representante do conselho, entra como atividade para o relatório. Lilian diz que a Iya Cristina e o conselheiro Décio pediram a palavra e que precisamos nos atentar ao horário, Gil concorda e diz que a próxima pauta é importante pois diz respeito ao calendário. Iya Cristina diz que foi contemplada com a fala dos conselheiros que a antecederam em relação ao GT comunicação e sobre o relatório quinzenal. Lilian pede a palavra e informa para Iya Cristina e para a conselheira Andréa João que na semana seguinte terão uma reunião com a Subprocuradora Geral do Trabalho , Dra. Edelamare Melo sobre os encaminhamentos do nosso projeto referente aos povos de terreiro, quilombolas e indígenas, pontua que devemos respeitar os que nos antecedem, que a construção deve ser sempre coletiva e que os projetos tem que ser planejados para que sejam efetivos. Lilian passa a palavra para o conselheiro Décio, que fala sobre o projeto do seu GT que foi encaminhado para a CPPNI e pergunta se esse projeto entra como ação no relatório solicitado, diz também sobre a comissão de comunicação onde ele se colocou a disposição para construir , finaliza dizendo que o projeto encaminhado para a CPPNI, diz respeito à construção de um site para o CPDCN-SP. Gil, diz para

Décio que pode incluir no relatório como elaboração do projeto. Flavia faz uma observação sobre o relatório. Cida se manifesta em relação à integrar o Gt de povos tradicionais, que será uma honra poder contribuir, pontua que integra várias organizações e que alguns não conhece a sua própria história. Gil pontua para a Cida que a executiva transita em todos os Gts, e que se os Gts podem estender o convite sempre para a executiva. a Andréa João faz uma observação de que as comunidades quilombolas precisam ser inseridas em todos os grupos, dialogar com todos, que inclusive já se reuniu com o grupo de educação, e que é uma honra estar nessa gestão reforça que gostaria de ver a pauta dos quilombolas inseridos em todas as pastas e GTs. Gil pontua que ele e Andréa estão viabilizando um projeto Turismo Cultural dos povos tradicionais (quilombolas). Gil segue com o próximo item da pauta referente alteração do calendário, relatou a importância das reuniões ordinárias serem presenciais e que alguns conselheiros não estão conseguindo participar das reuniões neste horário, sugere que o colegiado vote para uma outra data na semana e um novo horário, sendo o dia da semana às sextas-feiras e o horário a definir. Lilian pede a palavra e diz que é importante essa alteração para viabilizar a participação de todas e todos, pontua também que para os conselheiros do interior o dia de sexta-feira ficaria mais flexível e sendo assim poderão além da reunião confraternizar. Cavanha sugere para sexta-feira e que o calendário da gestão anterior deixou claro que era mais efetivo e quanto ao horário também sugere para o período da tarde. Seguindo a votação, o conselheiro Cesar concorda em ser na sexta-feira a tarde, a conselheira Sandra diz concordar também, o conselheiro Antonio Barros concorda também, Clarina também, Marcelo Bonilha também, Du pede a palavra para tirar dúvidas em relação à alteração do calendário de reuniões ordinárias, se seria presencial ou virtual. Cida Costa quer saber se estamos votando as reuniões virtuais ou presenciais, e que as reuniões presenciais devem ser autorizadas pela secretaria nesse momento de pandemia, comenta também sobre o reembolso para os conselheiros do interior. Gil pede a palavra e diz que a alteração se refere às reuniões virtuais nesse momento, pois estamos em pandemia ainda. Sobre as reuniões presenciais será seguido todos os trâmites legais. Cida diz que precisamos votar um horário também. Continuando a votação, as conselheiras Flavia Costa, Luciana Pena, Juliana Felisbino e Elisabel concordam com a nova data. Jean pede a palavra e diz concordar com a data na semana, e sugere o horário entre as 14h00/15h00 e que não ultrapasse o horário das 17h00, pois já havíamos nos programado com o calendário anterior, sendo assim cada um de nós temos nossos compromissos. Cavanha diz que estamos conseguindo cumprir com nosso horário da reunião, Gil sugere o horário das 14H00, Iya Cristina também se manifesta a favor do novo calendário. Dr.

Antônio mais uma vez reforça que a alteração será excelente pensando no presencial e que no virtual também teremos mais conselheiros/as presentes. Cida pergunta para a Sandra se o horário das 14 às 17horas lhe traria algum desconforto e Sandra respondeu que às sextas-feiras fica mais flexível para participar e ser mais efetiva. Gil passa para a próxima pauta que se refere às apresentações dos projetos. Antes o presidente Gil informa o colegiado que irá compartilhar no grupo de whatsapp um pedido da Sra. Ana Amélia contra mestre da Associação Cultural Afro Ketu e presidente do Conselho da Comunidade Negra do Guarujá que tem um trabalho efetivo em sua comunidade que se refere à uma carta apoio reconhecendo o trabalho da instituição, Gil pede para que todos se atentem ao pedido que será disponibilizado no grupo. Clarina saúda a todas e todos e inicia apresentando os conselheiros que compõem o grupo que realizou o projeto da Comissão de Educação, Esporte e Juventude, pontou que o projeto é pautado nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, pois ambas não são efetivas nas redes de educação e que o mesmo tem por objetivo verificar essas ações. O projeto traz algumas propostas de cunho político educacional , através de avaliações da Cultura Afro brasileira, justifica ainda que a pretensão do projeto se dá a partir da falta de efetivação da mesma como citado acima, sendo assim o projeto poderá contribuir com o ensino mais efetivo, verificando sempre quais ações e sequencia dessas ações. O desenvolvimento se dará através de algumas etapas, tais como: equipes multidisciplinar, através de formação e orientação para os docentes, calendário anual com as datas importantes referente à cultura Africana, afro brasileira e povos originários, englobando todas as disciplinas do currículo. Os pontos fundamentais que o projeto tem, é o trabalho com a organização curricular , formação dos professores através de cursos de capacitação com ações antirracistas, estrutura , material didático, o projeto visa disponibilizar materiais paradidáticos para as escolas, fala sobre uma das metas do projeto que se refere à identidade desse aluno/a. O título do projeto é: “Aprendendo a se de defender”, justifica que se faz necessário pensar no aluno como sujeito crítico e reflexivo, autônomo e protagonista da sua própria história, relatou também as dificuldades que as crianças negras tem em relação à equipamentos para acesso às aulas remotas, e que mesmo o estado/ município viabilizando o material impresso, essas famílias travam uma luta que vai além da construção do conhecimento e sim da vulnerabilidade que se encontram , que em tempos de pandemia só se acentuou. Finalizou comentando sobre uma fala do presidente Gil em momentos anteriores que, somos 37% da população, traz uma reflexão perguntando onde estão esses 37% da população e se estamos pensando nessas crianças, agradece a Andréa João pelo material disponibilizado e que será bem vinda no GT

Educação. Cavanha pede a palavra para agradecer e a parabeniza pela apresentação do projeto de educação e sugere um diálogo com todas as secretarias do Estado, pois todas estão relacionadas à educação, trazendo elementos e dados do que está sendo realizado no que se refere à Lei 10.639, pois a mesma tem efetividade de uma forma pontual seja numa unidade ou outra somente. Lilian pede a palavra e pontua para o conselheiro Cavanha que estamos apresentando o projeto bem objetivamente, mas que o mesmo visa essa construção coletiva, o diálogo e a parceria com todas as secretarias, e que entendemos que a educação é o maior meio de transformação do sujeito, mais do que isso, que o projeto tem que ser efetivo e não somente no papel, pontua que o racismo estrutural e institucional está enraizado no sistema, e traz uma reflexão para o colegiado, porque não avançamos com tantos projetos que já foram disponibilizados dentro e fora do Estado? Reforça que as parcerias tem que estar comprometidas com o projeto para que tenha uma efetivação concreta, finaliza dizendo sobre o adiantar da hora e que ela se encerra automaticamente e que temos mais um Gt para apresentar seu projeto. Cavanha sugere abriremos uma sala no Meet para darmos procedimento à reunião, pois se colocando no lugar do outro acha frustrante esperar e não poder apresentar seu projeto, Cida Costa e Gil concordam. Gil, faz um adendo na fala da Clarina e esclarece sobre a porcentagem, que é Censo, do IBGE, corrigindo que são 35% da população entre negros e pardos declarados. Gil pede para que migremos para o Meet, Lucia diz não entender bem a dinâmica da plataforma, mas que podemos fechar e abrir outra reunião. A conselheira Elisabel diz que realmente a plataforma avisa, mas continua ainda por uns 40 minutos que poderíamos tentar, todos concordaram. O conselheiro Toninho inicia parabenizando a Clarina pela apresentação do projeto e comenta que um dos caminhos para a efetividade da Lei em seu município foi encaminhar um pedido à Procuradoria Geral da República e que as instituições de ensino superior tinham que encaminhar um relatório das ações referente à efetividade da lei nas unidades. Professor Toninho agradece todos os membros da comissão de Justiça e Segurança Pública e o quanto está honrado em construir com os mesmos, agradece também à executiva do conselho, após inicia a apresentação do projeto da comissão de Justiça e Segurança Pública, a proposição apresentada para a CPPNI, foi referente a preocupação quanto à formação de agentes públicos, a Dra. Luciana e o Eloy foram responsáveis nesse sentido, e que a polícia civil, militar e também as guardas municipais tem que ter uma formação adequada sobre essas questões étnico raciais, pois as vezes o Delegado de Polícia sem conhecimento enquadra o crime de racismo como injúria racial. Continua apresentando a proposta da elaboração de um manual de procedimento operacional padrão para a Polícia Militar e que a

Polícia Civil tem um relacionamento aos homicídios, e nós queremos que exista um em relação às questões raciais, outra proposta seria a organização de um curso específico que leve em consideração a participação dos nossos membros, pois temos conselheiros/as que são referência que podem contribuir com a formação nas academias de polícia, na Academia de Polícia Civil – ACADEPOL e também na academia de Barro Branco, entendemos que é possível sim, desenvolvemos alguns caminhos em relação à formação, a próxima proposta parte do Dr. Marcelo e o Dr. Diego, de trazeremos para comunidade os instrumentos jurídicos que ela precisa entender, justifica que as vezes diante de um crime de racismo de injúria racial, qual é o primeiro passo a seguir, se é o boletim de ocorrência na Delegacia, como esse Delegado vai compreender se é crime de racismo ou injúria, essa proposta visa conscientizar e informar a população negra e a população em geral quais são os instrumentos que estão à disposição da comunidade, nesse sentido, quais são as linhas, primeiro uma linha administrativa que já existe no Estado de São Paulo e isso é garantido por lei e que é uma situação que envolve a questão dos alvarás de funcionamento de uma empresa que está envolvida em crime de racismo, outras questões como as administrativas, multa, dano moral e dano à imagem. A ideia é trabalhar com a temática do racismo, levando consciência para a população sobre a nossa história enquanto afro-descendentes, sobre a segurança pública, referente aos nossos direitos civis, as abordagens policiais militares, civis e guarda civil e segurança privada e por essa razão se faz urgente essa formação para esses agentes, para auxiliar nesse proposta teremos a Secretaria da Justiça do Município de São Paulo à disposição, a Comissão de Discriminação Racial da Secretaria da Justiça, a Rosângela através da Coordenadoria de Políticas para a População Negra e Indígena, a Comissão de Igualdade Racial da OAB e o Núcleo Especializado da Defensoria Pública, todos se colocaram à disposição. Outro item é em relação à convênios, onde a Dra. Roseli e Dra. Juliana, levando em consideração que o Fundo Difuso não está à disposição, sendo assim, trouxeram outras ideias de termos outros modelos de convênios. A ideia é que o próprio conselho apresente projetos e algumas orientações voltadas aos processos administrativos nos crimes de racismo ou que envolvam a questão de injúria racial. Estabelecer convênios com instituições de ensino superior, públicas e/ou privada, seja na formação ou no estágio, para que eles possam aprender sobre a nossa cultura, ampliando assim um leque maior com pessoas que tem conhecimento sobre a nossa história. Destaca mais uma proposta sobre a reelaboração de alguns cadernos que já foram feitos, inclusive no âmbito da Secretaria da Justiça e que agora nós pedimos para que seja reelaborado e não editado, nesse sentido pontua que o projeto trabalha

com essas três áreas. Professor Toninho, apresenta algumas ações da comissão em relação ao caso de Piracicaba, trabalho maravilhoso do Dr. Agnaldo, dois casos cibernéticos no município de Jaú , um caso de racismo religioso no município de Avaré , pontua também sobre algumas ações efetivas da comissão, sendo uma reunião com a executiva e participação na Live da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, reunião com a CPPNI, e alguns encaminhamentos para a LDO. Pontua que a preocupação da comissão está em termos mais delegacias especializadas, ampliar as questões da Anemia Falciforme, onde a comissão da saúde já apresentou seu projeto, a inclusão em regime de urgência das câmeras corporais portáteis ajudando muito na ação dos policiais, sobre o Centro Paula Souza, irão solicitar um aumento para 20% a participação das ações afirmativas como existem na Unesp e outros órgãos vinculados a Unesp e o Centro Paula Souza faz parte da Unesp também, projetos culturais, Banco do Povo, percentual mínimo para pesquisas e pesquisadores afro descendentes, Lives específicas para demonstrarmos as garantias em relação ao funcionamento dos terreiros de Matriz africana no Estado de São Paulo, criação de núcleos regionais de Equidade, ressalta que esse é um pouco do caminho que a comissão está trilhando , finaliza agradecendo com muito carinho ao Dr.Agnaldo, Dr.Diego, Dra. Roseli, Dr. Eloy, Dra. Juliana, Dr. Luciano e ao Dr. Marcelo por todo carinho , disposição e colaboração que eles tão tendo com a comissão da Justiça e Segurança Pública. Gil agradece ao professor Toninho e o parabeniza pela apresentação e diz que a executiva está à disposição e pede para que o professor se possível compartilhar seus slides com o colegiado e com o Dr. Elizeu da ouvidoria da Policia. A conselheira Bruna pede a palavra para pontuar que uma das políticas citadas no projeto apresentado pelo professor Toninho , diz respeito à algumas conversas com a SISEM decorrentes do Decreto desse ano da política do Empreenda Rápido, projeto para inclusão de empreendedorismo. Uma das políticas advêm de ampliar, beneficiar e facilitar o acesso da população negra e empreendedores de afro empreendedorismo e empreendedorismo negro para dentro das políticas atendidas pelo Estado. Bruna disse que observou que numa das propostas apresentadas pelo professor Toninho, o aumento de 20% da população negra , assim sendo, trouxe alguns dados que comprovam que já atendemos um público bastante razoável e que podemos informar o GT empreendedorismo qual o tamanho do público que foi atendido, mas vale lembrar que no cadastro esse campo não é obrigatório, mas podemos eventualmente até solicitar que seja obrigatório para que na solicitação de crédito consigamos entender quem é que solicitou ou não, professor Toninho interrompe, dizendo que é importante a questão da auto declaração, Bruna concorda dizendo que é preciso correr atrás e

realmente evoluir para quê na solicitação de crédito seja obrigatório, a política do Banco do Povo ela já é uma política subsidiada, o juros para o empreendedor formal é de 0,35% e o juros para uma pessoa não formal é de 0,8% ao mês, isso você não consegue em lugar nenhum, setor privado ou não, já é facilitado, e um dos motivos talvez, pelo qual atentamente possamos restringir acesso, aproveita e pede ajuda em relação ao tipo de pesquisa, dizendo para o Gil falar com o pessoal da locomotiva para avaliar essas tendências pois não tem orçamento para poder solicitar essa pesquisa que é avaliar qual é o número de empreendedores no Estado de São Paulo que tem restrição creditícia no Serasa, pois se torna um impeditivo, uma vez que o fundo, não é fundo perdido e sim fundo de inclusão produtiva, ou seja, temos que garantir sustentabilidade do Fundo de Investimento porque é um Fundo de Investimento que espera algum retorno para continuarmos impactando e apoiando outros empreendedores, portanto, se esta é uma condição, ou seja, se for comprovado, dentre esta pesquisa de que empreendedores negros são mais inadimplentes e tem restrição à essa política que o Estado fornece, isso ajudará no encaminhamento de uma proposta ao conselho orientativo do fundo do qual sentam-se a cadeira não só a minha chefe secretária Patrícia Ellen , mas, o secretário Meirelles , o secretário Vinholi, o presidente da Desenvolve, dentre outros, para que eles aprovelem em condições diferenciadas para a população negra, e que essa solicitação seja via ofício sempre, pois encaminharemos como manifestação do Conselho. Bruna finaliza dizendo que, hoje precisamos garantir com que essas políticas sejam baseadas em fatos e se o conselho tiver dados que comprovem que não há o que a restrição da política atual do banco que já tem condições facilitadas, ampliar suas facilitações nos últimos anos em decorrência da covid-19 e mesmo assim que essa população esteja sendo prejudicada , podemos pensar em linhas específicas para a população negra, baseado no que está descrito no decreto do Empreenda Rápido. Gil e Toninho agradece e parabeniza Bruna pela fala, Toninho pontua que quando falamos do Centro Paula Souza é para poder dar uma atenção referente à cota de 20% ou pontuação, Bruna diz que tem esses números para compartilhar e mesmo com sistema de Vestibulinho, hoje tem em média 30% de alunos negros nas escolas técnicas em geral , peço para que vocês solicitem uma audiência com o Daniel Barros, que é o subsecretário da Secretaria Desenvolvimento Econômico, mas atua na Coordenadoria de Ensino Técnico e Tecnológico Profissionalizante, para que ele apresente esses dados e eventualmente viabilize formas de expandir, para que esse jovem negro busque também esses cursos de qualificação e vale lembrar que esses cursos também preveem paridade, visto que o acesso às mulheres eram baixos. Gil, agradece a Bruna pela excelente contribuição, e ressalta que essa

questão de estar denominado etnia (auto declaração) no preenchimento de cadastro bancário, foi um debate constante na gestão anterior do Conselho, onde tive uma reunião com representantes do Banco Central, explanando sobre esse assunto e o quanto é importante essa auto declaração, lembra que esses assuntos à vinte, trinta anos atrás não eram pautas de discussão, os bancos não tinham esse tipo de análise, se temos esses créditos subsidiados e direcionado para um grupo específico, entendendo assim que realmente é necessário. Diz para a Bruna, que essa ideia da pesquisa pode partir do Conselho, visto que, temos contato e bom relacionamento em todo o Estado de São Paulo, imagina o impacto se conseguirmos realizar essa pesquisa, para isso temos que criar um projeto e solicitar parceria com a Rosângela de Paula. Bruna diz que a SISEM é um instituto e, portanto, poderá ser parceira na realização das pesquisas, pois a questão metodológica precisa ser avaliada. Bruna reforça da importância desse projeto partir do Conselho. Gil passa a palavra para o conselheiro Marcelo, que saúda a todas e todos, inicia dizendo que a reunião está ótima, as apresentações muito pertinentes e que foi um prazer ouvir as contribuições trazidas pela conselheira Bruna que dispõe de tanto conhecimento sobre empreendedorismo nesse grupo e que está aprendendo muito, aproveitou para falar um pouco da sua experiência no município de Santos, e em relação a captação de recurso aqui na cidade de Santos pelo Banco do Povo, o coordenador falou que a pessoa pode vir aqui e pode até ter um pouquinho de restrição, mas decidimos se emprestamos ou não, a partir daí sugerimos que incluíssem no cadastro o quesito raça/cor, diz também, ter o conhecimento de que cada cidade tem o seu próprio padrão pré definido. Pontua que na cidade de Santos há uma linha tênue em relação à captação desse recurso, finaliza agradecendo pela oportunidade de fala. Bruna informa que existem regras no preenchimento desse questionário e está verificando se esses campos são obrigatórios, a maior parte dos campos são preenchidos mas existe uma lacuna, compreende-se que os mesmo não sejam obrigatórios. Sabemos que tem FIES em todos os cantos, não só raciais, sociais ou da pessoa simplesmente olhar para sua cara e não gostar de você, a partir daí estamos propondo um treinamento que serve para o agente de crédito, numa busca ativa de recurso justamente para viabilizar para empreendedores que hoje, tem alguma restrição, por exemplo, quem tem restrição no Cadin, poderá solicitar. Finaliza dizendo que irá verificar se realmente há alguma restrição com viés ou conotação racial. Gil agradece Bruna mais uma vez e pergunta se a informação sobre a disponibilidade desses recursos chegam para essas pessoas, Bruna responde que a população em geral não tem o hábito de acessar e/ou seguir páginas do governo, mas é o local onde são divulgados, não fica restrito somente às

páginas , é veiculado em rádios e TVs. Essas linhas de capital de giro, que inclusive permite com que você pague contas em atraso, os agentes de crédito tem trabalhado fortemente para isso e com outras entidades que promovem o empreendedorismo, diz que o esforço é grande no sentido de alcançar mais e mais pessoas. Marcelo pergunta como faz para credenciar uma instituição para ser um agente de educação dessas linhas de crédito e que a instituição Luther King se coloca à disposição para ser uma divulgadora em nossas redes. Bruna diz que enviará um e-mail para que o Marcelo possa encaminhar essa solicitação. Após, Gil nos aponta a importância da criação do GT Comunicação para a divulgação dessas informações para a população negra especificamente, propõe para a Bruna compartilhar essas informações para que o conselho possa ajudar na divulgação do acesso a crédito. Cavanha agradece Bruna pela contribuição e riqueza de informações compartilhada e o quanto é bom ouvi-la e se coloca à disposição e que pensemos em outras parcerias , hoje a CUFA atende mais de 300 favelas no Estado de São Paulo, precisamos pensar nesse processo de divulgação, pensar num texto do conselho com a CUFA para divulgação. Outra pontuação que o Cavanha fez, foi em relação às parcerias com várias instituições e organizações eu queria sugerir também , conversar com SOS Racismo da Alesp, pois é uma instituição importante e que mudou a presidência recentemente, aproveitar e estreitar relacionamento com essa nova gestão que também é importante. Uma dúvida que teve foi em relação à questão dos Advogados que tem no conselho, se o conselho vai acolher denúncias de Racismo ou só direcionar e se o conselho terá um canal onde vai acolher essas denúncias, pois cada um tem suas demandas pessoais e essa atuação dentro do conselho não tem remuneração, afirma que entendeu que o conselho seria um canal a título de encaminhamento para outros órgãos. Finaliza informando ao colegiado que a comissão de Cultura e Eventos apresentará seu projeto da criação do site do conselho na próxima reunião. Gil responde ao questionamento do Cavanha, dizendo que a primeira experiência que teve no caso de denúncia foi a demanda que o conselheiro Eduardo trouxe e que a parceria com o Dr. Eliseu da Ouvidoria da Polícia foi fundamental na agilidade e eficiência das providências, ressalta que a função do conselho nesse caso é de atender a solicitação e encaminhar para a CPPNI e para outros órgãos competentes, mas que tudo transita pelo conselho. Cavanha agradece. Toninho pede a palavra e pontua que a informação que a conselheira Bruna nos trouxe é essencial para levarmos a informação para todo o Estado de São Paulo, através de todos os nossos conselheiros e que para entrarmos em contato com os órgãos de imprensa será preciso que a Bruna nos envie um material explicativo, solicita também para a Bruna a inclusão da pauta com o Centro Paula Souza,

ETECs e Fatecs, pois muitos adultos estão precisando desse dinheiro e são empreendedores também, vinculando essa ideia com os cursos técnicos que estão sendo ofertados, tanto nas ETECs quanto nas Fatecs. Bruna diz que esse procedimento de vincular o ensino técnico e de qualificação já existe e é obrigatório, porque é microcrédito orientado, sendo assim, realizado de forma qualificada. Toninho ressalta que a informação precisa chegar, cita como exemplo o Centro Paula Souza de Bauru, que se chegar aqui a sociedade irá ajudar, temos um coletivo à disposição. Toninho, continua apresentando outro ponto referente o requisito para ser agente de crédito, porque não colocarmos mais afrodescendentes como agentes de crédito? Solicita ao presidente que a conselheira Bruna na próxima reunião da comissão, seja nossa mediadora, pois a mesma detém total conhecimento e informações referentes à esses recursos. Sobre o SOS Racismo, é uma excelente ideia e que irá incluir no projeto e, em relação à questão dos casos de denúncia, a comissão direciona aos órgãos competentes e realiza o acompanhamento, pontua que a Defensoria Pública tem um núcleo específico para nos auxiliar com essas ações judiciais, sejam elas administrativas, civil ou criminal. Diz para o conselheiro Marcelo que na reunião da comissão irão conversar e esclarecer melhor, finaliza agradecendo a todas e todos. Gil agradece e pergunta para a Bruna se poderá se dedicar devido às suas atribuições. Bruna lembra que já foi realizado uma reunião com a Sueli do empreendedorismo e a Aline, do Banco do Povo e que já disponibilizou no chat alguns links que contém várias informações sobre quais são as linhas que estão em curso, disponibilizou também alguns exemplos de divulgações e cita a Comgás. Acredito ser válido expor e levar essa proposta para a nossa própria população, então, se houver interesse do conselho, estamos realizando os termos de colaboração para que possamos realizar essa ação de forma conjunta, sobre a questão da participação da CUFA, podemos conversar com a Giovana, ressalta que o que mais querem é terem as linhas cada vez mais divulgadas e eventualmente fazer com que esses empreendedores tenham acesso e faça uma solicitação. Finaliza dizendo que o primeiro passo é a divulgação e a comunicação, a partir daí, avaliação e verificação de quais são as outras restrições e as outras condicionantes que eventualmente abarcam um público ou outro. Sobre sua disponibilidade nesse momento fica inviável, pois está como subsecretária da pasta, está cursando mestrado, dentre outros, mas que eventualmente irá participar, mas que realmente não está à frente de nenhum projeto porque não tem mais braços para dar conta, então participar para liderar nesse momento não consegue, agradece pela confiança. Cida pede a palavra dizendo que a reunião de hoje foi maravilhosa e agradece a conselheira Bruna pela aula e que aprendeu muito, parabenizou a comissão também. Gil pergunta se mais

algum conselheiro quer a palavra, como ninguém se manifestou passou para os assuntos gerais, onde a secretária Lilian pontuou que a conselheira Clarina lembrou sobre o cartão visita que não ficou definido um modelo, e após passamos para os encaminhamentos do dia. 1º Relatório quinzenal expedido pelos conselheiros que tiveram ações/atividades realizadas; 2º Alteração do calendário anual de reuniões ordinárias do CPDCN-SP; 3º Criar grupo de whatsapp para a comissão de Comunicação; 4º Reunião com Daniel Barros; 5º Firmar parceria entre o CPDCN-SP e a CUFA. Lilian sugere ao presidente, trazer a Coalizão Negra por Direitos para uma possível parceria, mas que pelo adiantar da hora ficaria para outra ocasião. Diante disso o presidente deu por encerrada a nossa 4ª reunião ordinária, agradecendo a todas e todos. Cavanha pede para todos abrirem a câmera para uma foto. Não havendo mais nada a acrescentar e sendo lavrada por mim, Lilian Raquel Pires, secretária, a presente Ata, sendo lida, conferida e rubricada por todos e todas os (as) presentes.